



Administração Pública, Governo e Terceiro Setor

Enangrad Pleno

GERALDINE FIFAME DONA FADAIRO

CARLOS ANDRE CORRÊA DE MATTOS

ANA MARGARIDA SANTIAGO

CAROLINE MELO NUNES

GLENDIA MARIA BRAGA ABUD

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E TERCEIRO SETOR

**A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, NA PERSPECTIVA DOS
UNIVERSITÁRIOS.**

RESUMO

O objetivo desse estudo foi analisar a operacionalização da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Pará, na perspectiva dos assistidos. O método foi descritivo, feito na forma de levantamento, com amostragem não probabilística por tipicidade e tratamento quantitativo de dados. O universo de pesquisa foi formado por estudantes que recebiam ou já haviam recebido alguma forma de assistência estudantil, incluindo estrangeiros. Participaram da pesquisa 74 entrevistados e os dados foram tratados com estatística descritiva, análise de correlações e técnicas multivariadas (análise fatorial exploratória e análise de agrupamentos). Os resultados mostraram presença de três fatores, que explicaram 67,81% da variância dos dados e foram denominados como Qualidade do Atendimento (28,36%), Acompanhamento Institucional (20,48%) e Relevância da Assistência Estudantil (18,97%). Os escores mostraram que, de maneira geral, os entrevistados estão satisfeitos com a gestão por parte da instituição. A análise de agrupamentos classificou os entrevistados em três grupos, com diferentes avaliações quanto à instituição, mas que convergiram quanto à necessidade da assistência estudantil. Os resultados recomendam a ampliação da assistência estudantil na instituição e o aprimoramento das técnicas de gestão.

Palavras-chave: universidades, políticas públicas, gestão universitária, análise multivariada.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the deployment of the student's support policy under their perspective at the Federal University of Pará, Pará State, Brazil. The method used was descriptive under survey form, with non-probabilistic sampling by typical features and quantitative data treatment. The research field was composed of students who was being supported or had already had some sort of support, including foreigners. Seventy-four students participated in the survey and the resulting data were analyzed by descriptive statistics, correlation analysis, and multivariate techniques (exploratory factorial analysis and cluster analysis). Results showed three factors, which explained 67.81% of the data variance and were called Service Quality (28.36%), Institutional Monitoring (20.48%), and Student Assistance Relevance (18.97%). The scores showed that the interviewees are satisfied with the institution management in general. The cluster analysis was used to classify the interviewees into three groups, with different ways of evaluation by the institution, which converged regarding the need for student care. Results suggest the expansion of student care by the institution and management techniques improvement.

Keywords: Multivariate analysis. Public policies. Universities. University management.

1 INTRODUÇÃO

O ensino superior no Brasil é considerado tardio, quando comparado com outros países da América Latina, uma vez que somente iniciou, de fato, a partir de 1920, com a fundação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, primeira universidade legalmente constituída no país (FÁVERO, 2006; FERRARI; SEKKEL, 2007). As universidades brasileiras surgiram com forte inspiração nos modelos francês, alemão e, mais recentemente, norte-americano. Os dois primeiros reuniam características elitistas, sendo voltados para a formação de pequeno número de estudantes, destinados, essencialmente, a retroalimentar as elites que os originaram.

Desta forma, as universidades caracterizaram-se como locais de formação de intelectuais e, apesar de atuarem sob a tríplice função de ensino, pesquisa e extensão, havia uma clara valorização da pesquisa sobre as demais. Esse perfil prevaleceu entre as universidades brasileiras até 1968, ocasião em que a reforma universitária adotou o modelo norte-americano, que ampliou o acesso dos estudantes às universidades e possibilitou o ensino de massa (FERRARI; SEKKEL, 2007). Contudo, foi somente na década de 1990 que o Brasil observou forte expansão do ensino superior privado, condição que ocorreria, com menor intensidade, no ensino público, na década seguinte (MARQUES; CEPÊDA, 2012; ARAÚJO, 2013).

A expansão no ensino superior no Brasil ocorreu amparado em amplas mudanças nas políticas de acesso às instituições de ensino, que passaram a privilegiar a inclusão social e alteraram o perfil socioeconômico dos estudantes universitários brasileiros. Nesse contexto, as mudanças culminaram por reforçar a necessidade de políticas direcionadas a acolher estudantes com diferentes dificuldades pessoais e materiais (FERRARI; SEKKEL, 2007; ARAÚJO, 2013) e, com isso, viabilizar, não apenas a retenção dos estudantes nas universidades, mas também combater o baixo desempenho acadêmico (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017).

Nesse cenário, destacaram-se as ações de assistência estudantil como um dos principais pilares de um modelo amplo e inclusivo de universidade. Assim, inseridas nesse processo, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) desempenham papel relevante, seja na implementação das políticas de acesso e manutenção dos estudantes no ensino superior, seja no aprimoramento das ações educacionais em uma perspectiva ampla, que envolve, desde a educação básica, até o ensino médio e profissionalizante.

Isso posto, em que pese a estagnação dos investimentos governamentais em assistência estudantil, como destaca a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes (ANDIFES, 2018), o presente estudo se concentrou em responder ao questionamento: qual é a avaliação dos estudantes, que recebem ou receberam assistência estudantil, quanto à gestão do programa por parte da Universidade Federal do Pará? Com isso, buscou-se analisar aspectos relacionados à operacionalização da assistência estudantil, na perspectiva de seus beneficiários e, assim, reunir elementos que contribuam para melhorar o modelo utilizado na instituição.

Para tanto, foram entrevistados 74 estudantes. O tratamento dos dados possibilitou identificar a presença de três fatores, com influência na avaliação dos entrevistados (Qualidade do atendimento, Acompanhamento Institucional e Relevância da assistência estudantil). As análises descritivas e de correlações permitiram observar os relacionamentos entre os fatores e que a maioria dos entrevistados está satisfeito com a maneira como a universidade gerencia a assistência estudantil. A análise de agrupamentos reuniu os entrevistados em três

grupos, com diferentes avaliações da gestão, mas todos convergiram em relação à necessidade da assistência estudantil, tanto na perspectiva acadêmica, quanto social.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Fontoura e Morosine (2017), ao sintetizarem as mudanças recentes no ensino superior brasileiro, destacam dois aspectos centrais, que impactaram, fortemente, no setor, foram eles: (1) a influência de instituições internacionais e multilaterais nas políticas de educação e (2) os avanços tecnológicos e novos arranjos na produção do conhecimento. Esses aspectos, combinados com a forte demanda por qualificação profissional de nível superior e uma perspectiva transformadora da atuação do Estado brasileiro, moldaram as estratégias de assistência estudantil contemporânea. Assim, apesar da assistência estudantil não ser um fenômeno recente nas universidades brasileiras, uma vez que sua origem remonta à década de 1930, as mudanças rumo à democratização do ensino, os surgimentos de diferentes atores e as mais recentes políticas direcionadas ao setor exigiram novas alternativas para atender estudantes com peculiaridades específicas, que começaram, cada vez com mais frequência, a alcançar o ensino superior (DUTRA; SANTOS, 2017).

Assim, para dar conta dessa “nova” realidade, foi criado em 2007 e implementado no ano seguinte o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2018). Andrade e Teixeira (2017) e Dutra e Santos (2017), ao se referirem ao PNAES, destacam que o programa se constituiu em dez áreas de intervenção consideradas como prioritárias: (1) moradia, (2) alimentação, (3) transporte, (4) saúde, (5) inclusão digital, (6) cultura, (7) esporte, (8) creche, (9) apoio pedagógico e (10) acesso a estudantes com deficiência, transtornos, aqueles com altas habilidades e os superdotados.

O advento do PNAES ensejou expressivo aumento nos recursos destinados às universidades federais, que, conforme Silva e Nogueira (2016), alcançaram crescimento de 496,67% entre 2008 e 2012. Contudo, conforme Silva e Nogueira (2016), isso ocorreu sem que fosse verificado proporcional aumento na taxa de concluintes, que, ao contrário do esperado, diminuiu nos anos subsequentes. Dutra e Santos (2017) complementam e destacam que, apesar de o PNAES estabelecer áreas prioritárias, as universidades tiveram autonomia para deliberar quanto ao direcionamento dos recursos entre as áreas prioritárias, de tal forma a respeitar as particularidades de cada instituição e as peculiaridades das diferentes regiões do país. Outro aspecto do programa foi a possibilidade de os estudantes acumularem diferentes auxílios, conforme suas características e necessidades pessoais (IMPERATORI, 2017).

Andrade e Teixeira (2017) afirmam que, para o sucesso da assistência estudantil, há necessidade de ações integradas e complementares, considerando tratar-se “de um processo multideterminado e longitudinal” (p.515). Silva (2013) complementa ao afirmar que a maior parte da evasão no ensino superior ocorre nas séries iniciais e, por isso, a assistência estudantil deve começar logo no acolhimento aos ingressantes e ter ações direcionadas ao acompanhamento mais próximo no início dos cursos.

Ao tratar da evasão no ensino superior, Bardagi e Hutz (2009) destacam diversos aspectos limitantes capazes de dificultar a permanência dos estudantes nos cursos universitários, como, por exemplo, a falta de cursos noturnos, dificuldades para

cumprir os horários das aulas, impossibilidade de conciliar horários de trabalho e de estudos, problemas de relacionamento, em especial decorrentes da relação entre professor e aluno, decepção quanto à formação superior como consequência de expectativas muito elevadas em relação aos cursos universitários, conhecimento parcial da profissão e do funcionamento das universidades, dificuldade para se integrar socialmente ao convívio estudantil, reprovações e baixo rendimento acadêmico, além de dificuldades financeiras, entre outras.

A perspectiva financeira se destaca como um dos pilares da política de assistência estudantil, pois, conforme Araújo e Leite (2014) e Oliveira e Oliveira (2015), as bolsas conferem segurança ao estudante e contribuem para sua continuidade nos estudos. Andrade e Teixeira (2017) reforçam essa compreensão ao afirmar que a dimensão financeira é evidenciada mais fortemente quando os estudantes não reúnem condições mínimas necessárias para ter êxito nos estudos, como local de moradia, ambiente para estudo, necessidade de trabalhar para sua manutenção pessoal e de sua família, dificuldade de transporte e alimentação, ausência de local para deixar os filhos durante as aulas, entre outras. Costa e Dias (2015) complementam esses aspectos e incluem as despesas com livros, eventos científicos e atividades extraclasse.

Entretanto, apesar da relevância da dimensão financeira para a assistência estudantil, ela não está imune às críticas, como observado em Nascimento e Arcoverde (2012), ao afirmarem que a “bolsificação” se constitui na perspectiva de “pacotes prontos” e expressa uma condição que limita um debate mais amplo de propostas de ensino que garantam a universalização da permanência dos estudantes nas universidades. Dutra e Santos (2017) reforçam, em certa medida, essa compreensão ao destacarem que a centralidade da discussão acerca da assistência estudantil no Brasil é estruturada com base nos binômios: (1) seletividade versus universalidade; (2) despesa versus investimento; e (3) direito versus favor. Assim, compreender com clareza a amplitude e a necessidade da política de assistência estudantil e facilitar seu acesso, constitui o alicerce da efetiva democratização do ensino superior no Brasil (SILVA; NOGUEIRA, 2016; DUTRA; SANTOS, 2017; IMPERATORI, 2017).

Nesse contexto, a assistência estudantil revela sua amplitude na vida acadêmica do estudante, uma vez que, conforme estudos de Andrade e Teixeira (2017) com 1.457 estudantes de uma universidade federal brasileira, aspectos como apoio pedagógico, inclusão digital, saúde e transporte são, segundo a opinião dos estudantes, os aspectos que mais contribuem para o desempenho acadêmico. Assim, conforme esses autores, as “[...] condições de apoio pedagógico percebidas amparam o desenvolvimento cognitivo e de aprendizagem do jovem frente aos desafios acadêmicos” (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017, p. 521). No mesmo sentido, Nascimento e Arcoverde (2012) criticam o “tripé da assistência estudantil” quando entendida como bolsa, alimentação e moradia, ao destacar que entender a assistência estudantil sob essas circunstâncias é entendê-la limitada unicamente à sobrevivência.

Complementarmente, destacam-se para o sucesso da assistência estudantil ações institucionais que envolvam professores, estudantes e técnicos administrativos no mesmo propósito, uma vez que a gestão perpassa necessariamente pelo envolvimento desses agentes, pois, como entendem Silva e Nogueira (2016) e Dutra e Santos (2017), eles devem estar envolvidos na formulação, planejamento e avaliação das ações de assistência estudantil para possibilitar ajustes e aprimoramentos da política e, para tanto, as instituições devem capacitar suas equipes de trabalho com tal finalidade, pois é por meio delas que as políticas serão

implementadas (REIS, 2017; LIMA; DAVEL, 2018). Nesse sentido, envolver os agentes de implementação e compreender seu papel é uma forma de potencializar os resultados das políticas, uma vez que elas serão essencialmente reinterpretadas e se constituirão na prática por meio de ajustes e adaptações feitas por aqueles que as operacionalizam (REIS, 2017).

Silva e Nogueira (2016) corroboram com a compreensão de que a permanência no ensino superior é uma situação complexa e fortemente influenciada por grande número de fatores, que podem ter origem no âmbito institucional, ou não, e que podem estar relacionados entre si, constituindo uma complexidade multicausal que assume a forma de uma teia com múltiplas relações de difícil compreensão. Assim, eles justificam a necessidade de identificar os fatores que influenciam na permanência dos estudantes sem perder de vista as incertezas e a complexidade inerentes ao fenômeno sem deixar de considerar que, para o estudante, a não permanência pode não ser apenas uma questão de sucesso ou fracasso, mas, simplesmente, uma mudança de rumos ou a busca de novas experiências e desafios.

Ao destacar os benefícios da assistência estudantil na perspectiva dos estudantes, Andrade e Teixeira (2017) destacam que o bom desempenho acadêmico e a evolução no curso reforçam a sensação de autoeficácia e conferem ao estudante maior segurança para enfrentar novos e maiores desafios. Vasconcelos (2010) reforça que a assistência estudantil deve possibilitar a superação das dificuldades enfrentadas pelos estudantes durante a vida acadêmica e, ao identificar os principais benefícios recebidos pelos estudantes, Imperatori (2017) complementa e destaca que, contrariamente à compreensão histórica de assistencialismo, a assistência estudantil não pode ser compreendida como destinada aos incapazes ao trabalho, muito pelo contrário, uma vez que os estudantes assistidos estão em formação para o trabalho futuro como preceitua a Constituição Federal de 1988.

Marques e Cepêda (2012) reforçam e destacam que as mudanças ocorridas no perfil dos estudantes desencadearam amplos desdobramentos que fizeram com que as universidades reavaliassem sua estrutura funcional, dinâmica acadêmica, missão de existência e formas de interação com a sociedade. Esses aspectos levaram à interrupção de um ciclo fechado de geração de elites e estão contribuindo para a redução de profundas desigualdades no país, que transcendem a dimensão social e alcançam aspectos políticos, jurídicos e simbólicos, uma vez que a formação universitária é um dos principais instrumentos para libertar a sociedade das amarras que conduzem ao subdesenvolvimento, ao limitar as escolhas e as oportunidades humanas (SEN, 2004). Desta forma, “o perfil redistributivo e inclusivo aparece em forte destaque mais recentemente com lugar privilegiado para a política expansionista no ensino superior público” (MARQUES; CEPÊDA, 2012, p. 189).

3 METODOLOGIA

O método utilizado neste estudo foi descritivo, conduzido na forma de levantamento, com amostragem não probabilística por tipicidade e tratamento quantitativo de dados (GIL, 2014; MARTINS; THEÓPHILO, 2016). Nessa forma de investigação, busca-se expor o fenômeno identificando suas características. O levantamento, por sua vez, caracteriza-se pelo questionamento direto aos entrevistados com a utilização de questionário de pesquisa.

Na seleção dos entrevistados, as amostras classificadas como não probabilísticas “não garantem a representatividade da população” (MARTINS; THEÓPHILO, 2016, p. 123), portanto, limitam os achados aos entrevistados. Nos

casos em que a amostra é não probabilística por tipicidade, também denominada intencional (GIL, 2014; MARTINS; THEÓPHILO, 2016), os entrevistados são escolhidos segundo critérios subjetivos dos pesquisadores, considerando suas características pessoais e a capacidade para esclarecer aspectos do fenômeno em investigação (GIL, 2014). Desta forma, a amostra deste estudo foi selecionada entre o total de estudantes universitários matriculados na instituição local da pesquisa, entre os quais, foram escolhidos os que recebiam ou já haviam recebido alguma forma de assistência estudantil, inclusive estudantes de origem estrangeira. Assim, ao final do levantamento, foram obtidos 74 entrevistados que apresentaram respostas válidas, portanto, já descartados os questionários que apresentaram *missing values* ou com erros de preenchimento.

O questionário utilizado na pesquisa foi organizado em duas seções. A primeira com repostas de múltipla escolha, dicotômicas e semiabertas, que foram direcionadas para reunir informações socioeconômicas dos entrevistados e envolveram aspectos como curso, idade, sexo, estado civil, tipo de auxílio estudantil que recebe ou já recebeu, tempo que recebe ou recebeu o auxílio, entre outras. Já a segunda seção foi elaborada com respostas em escala de Lickert com sete pontos, iniciando em um para discordo totalmente e terminando em sete para concordo totalmente. Essa seção concentrou-se na avaliação da assistência estudantil quanto a aspectos como necessidade da assistência, formas de comunicação e seleção dos estudantes por parte da instituição de ensino, acompanhamento dos estudantes assistidos, atenção, cortesia e atendimento na instituição, entre outros.

O tratamento de dados utilizou técnicas estatísticas que incluíram estatística descritiva, mais especificamente distribuição de frequência, média e desvio padrão, análise de correlação e técnicas multivariadas, sendo selecionadas, a análise fatorial e a análise de agrupamentos. Esse conjunto de procedimentos foi combinado para atender ao objetivo da pesquisa e assim possibilitar a análise da assistência estudantil na instituição pesquisada. Os fatores extraídos pela análise fatorial possibilitaram sumarizar as variáveis e serviram de base para as análises subsequentes. Após identificados, os fatores foram testados pelo coeficiente alpha de Cronbach para verificar se eles eram fidedignos e não apresentavam vieses. Apesar de não haver consenso quanto aos níveis adequados desse coeficiente, ele normalmente é considerado satisfatório quando é superior a 0,600 e 0,700 (HAIR et al. 2009; FÁVERO et al. 2009). O coeficiente Alpha de Cronbah pode ser expresso conforme a Equação 1 (COSTA, 2011).

$$(1) \alpha = \frac{k}{k-1} \left(1 - \frac{\sum_{i=1}^k \sigma_i^2}{\sigma_y^2} \right)$$

Em que k é o número de itens do questionário; σ_i^2 é a variância do item i; e σ_y^2 é a variância da escala total somada.

Ao tratar da análise fatorial, Hair et al. (2009) destacam a capacidade dessa técnica em reduzir grande volume de dados a um reduzido número de fatores, também identificados como variáveis latentes e, com isso, possibilitar a interpretação mais parcimoniosa dos dados. Os mesmos autores destacam que os fatores podem substituir as variáveis originais com a menor perda de informação possível. A análise fatorial pode ser expressa conforme a Equação 2 (DILLON; GOLDSTEIN, 1984):

$$(2) X = \alpha F + \epsilon,$$

Em que X é o p -dimensional, vetor transposto das variáveis observáveis, denotado por $X = (x_1, x_2, \dots, x_p)^t$; F é o q -dimensional, vetor transposto das variáveis não observáveis ou variáveis latentes, identificados como fatores comuns, expressos por $F = (f_1, f_2, \dots, f_q)^t$, sendo $q < p$; ε é o p -dimensional, vetor transposto de variáveis aleatórias ou fatores únicos, $\varepsilon = (e_1, e_2, \dots, e_p)^t$; e α é a matriz (p, q) de constantes desconhecidas, denominadas como “cargas fatoriais”.

A identificação dos fatores possibilitou o cálculo dos escores, o que foi feito com técnicas descritivas. Assim, além de possibilitar a interpretação da avaliação dos entrevistados, foi possível observar relações entre os fatores, o que foi feito com a utilização da análise de correlações de Pearson, expressa pela Equação 3 (TRIOLA, 2014).

$$(3) \quad r = \frac{\sum(z_x z_y)}{n-1}$$

Em que z_x é o escore z para o valor amostral x e z_y é o escore z para o valor amostral y .

Após esses procedimentos, foi utilizada a análise de agrupamentos para reunir os entrevistados, considerando suas características e, assim, constituir grupos com elevada semelhança interna e dissemelhança entre grupos (FÁVERO et al., 2009; HAIR et al., 2009). Esse procedimento foi feito na forma aglomerativa e empregou o algoritmo de Ward como procedimento de aglomeração e a distância Euclidiana ao quadrado, que pode ser expressa pela Equação 4 (FÁVERO et al., 2009), como medida de distância entre os entrevistados.

$$(4) \quad d_{ij}^2 = \sum_{k=1}^p (x_{ik} - x_{jk})^2$$

Em que d_{ij}^2 é a j -ésima característica do i -ésimo indivíduo; x_{ik} é a j -ésima característica do i -ésimo indivíduo; e x_{jk} é a j -ésima característica do i -ésimo indivíduo.

Os grupos que resultaram do processo aglomerativo foram submetidos ao teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, com post-hoc com ajustamento de Bonferroni, para verificar se eles eram realmente diferentes entre si e, assim, poderiam ser considerados como corretamente classificados. Os resultados mostraram grupos significativamente diferentes entre si para a maioria dos fatores, assim, considerados como corretamente classificados. Esse aspecto fundamentou a criação de uma taxonomia entre os entrevistados. O critério de decisão adotado neste estudo foi o p -valor ao nível de significância estatística de 1% ($\alpha \leq 0,01$).

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Os estudantes que participaram da pesquisa eram jovens, tinham em média 24 anos ($\pm 4,80$) de idade, tendo o mais novo 18 anos e o mais velho 45. As mulheres foram a maioria, alcançando 58,1% (43) das observações. Quanto ao estado civil, houve predominância de solteiros, com 82,4% (61) dos entrevistados posicionados nesse estrato. Distribuídos em 20 cursos universitários, entre eles, destacaram-se:

farmácia (14,9%), administração (9,5%), medicina (6,8%), serviço social (4,1%), entre outros. Quanto ao período, 77,0% (57) dos entrevistados estavam entre o quarto e o sétimo semestre. A totalidade dos estudantes que participaram da pesquisa frequentava regularmente o curso universitário. O tempo médio de recebimento das bolsas era, por ocasião da pesquisa, 22 (± 15) meses, sendo que 64,9% (48) dos participantes ainda recebiam alguma bolsa durante o período das entrevistas, com destaque para os estudantes estrangeiros (14,9%) e para a bolsa permanência (46,13%). Nesse aspecto, como afirmam Estrada e Radaelli (2014, p. 37), o “[...] programa de bolsa permanência tem como objetivo propiciar ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica condições para que ele possa responder às demandas de sua formação universitária”.

4.2 ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA

Conforme a Tabela 1, observa-se que os dados mostraram bom ajustamento à análise fatorial, uma vez que a determinante da matriz de correlações foi positiva (0,003) e os testes de Kaiser Meyer Olkin (KMO=0,807) e de esfericidade de Bartlett ($\chi^2=395,65$ significativo a 1%) retornaram valores adequados. Desta forma, o número de fatores foi determinado pelo critério do autovalor e a extração dos fatores ocorreu pela análise de componentes principais (ACP), com rotação ortogonal pelo método Varimax. Outras técnicas de rotação foram testadas, mas apresentaram resultados inferiores. Assim, foram extraídos três fatores, que explicaram 67,08% da variância dos dados e foram distribuídas em 28,34% (Fator 1), 20,48% (Fator 2) e 18,97% (Fator 3).

Os fatores mostraram poder explicativo adequado com comunalidades superiores a 0,573. O mesmo comportamento ocorreu quanto à consistência interna, que foi medida pelo coeficiente alpha de Cronbach e obteve índices superiores a 0,735 para os fatores e 0,832 para o conjunto das variáveis. Apesar de não haver um padrão para avaliar o coeficiente alpha, valores superiores a 0,700 são considerados válidos, como destacam Hair et al. (2009). Assim, quando o alpha for superior a 0,700, pode-se afirmar que os fatores são fidedignos e não apresentam vieses, portanto, considerados capazes de representar o fenômeno estudado.

Os fatores foram denominados semanticamente conforme as variáveis que reuniram. Desta forma, o primeiro fator foi identificado como **Qualidade do Atendimento**, uma vez que agrupou variáveis relacionadas com a qualidade dos serviços (V01 a V05) prestados pela Diretoria de Assistência e Integração Estudantil (DAIE). Esta diretoria, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), é a unidade administrativa encarregada de gerenciar os programas de assistência estudantil na instituição. O segundo fator foi denominado **Acompanhamento Institucional**, pois reuniu variáveis que captaram o monitoramento do bolsista e o controle da política de assistência estudantil (V06 a V08). Por sua vez, o terceiro fator foi denominado **Relevância da Assistência Estudantil**, uma vez que colocou em evidência a necessidade e a importância dessa política para a democratização de ensino superior e a permanência de estudantes nas instituições de ensino (V09 a V12).

Tabela 1 – Análise fatorial exploratória

Variáveis		Fatores			h ²
		1	2	3	
A DAIE atende o bolsista com atenção e cortesia.	V01	0,891	0,003	0,090	0,803
A DAIE mantém o estudante bem informado sobre o programa e suas atividades	V02	0,841	0,128	0,038	0,726
A DAIE adota os procedimentos necessários para que não ocorram interrupções no pagamento do auxílio	V03	0,813	0,226	0,034	0,712
As informações prestadas ao bolsista são claras e corretas desde a primeira vez	V04	0,742	0,449	0,111	0,765
A DAIE tem uma eficaz fiscalização para identificar alunos sem vulnerabilidade que recebem a bolsa	V05	0,628	0,453	-0,151	0,623
Os estudantes que recebem bolsa têm acompanhamento psicossocial na universidade	V06	0,294	0,800	-0,075	0,732
Os estudantes que recebem a bolsa têm acompanhamento de seu desempenho acadêmico	V07	0,058	0,784	0,094	0,627
Os estudantes que recebem o auxílio permanência recebem acompanhamento em relação à saúde	V08	0,310	0,696	0,195	0,619
O programa de bolsa é importante para a inclusão social dos estudantes.	V09	-0,113	0,247	0,789	0,696
O programa de bolsa contribui para a redução das taxas de evasão na universidade.	V10	0,036	0,017	0,776	0,604
O programa de bolsa contribui para a melhoria das atividades acadêmicas dos estudantes	V11	0,006	-0,301	0,694	0,573
O programa de bolsa é uma forma de democratização do ensino superior	V12	0,308	0,303	0,687	0,659
Autovalores		3,40	2,46	2,28	
Variância Explicada (%)		28,36	20,48	18,97	67,81
Alpha de Cronbach		0,880	0,757	0,735	0,832

KMO=0,807, Teste de Esfericidade de Bartlett (X_2) = 395,65, significativa a 1%

Determinação do número de fatores pelo critério do autovalor

Extração dos fatores por Análise de Componentes Principais (ACP) com rotação ortogonal Varimax

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Detalhando as características dos fatores, observa-se que o primeiro fator, **Qualidade no Atendimento**, captou a satisfação dos estudantes com a prestação do serviço por parte da instituição de ensino ao reunir aspectos como atenção e cortesia para com os estudantes, pertinência, oportunidade, quantidade e correção na divulgação das informações, o cuidado quanto à continuidade e à regularidade no pagamento das bolsas e a utilização de mecanismos eficientes para o acompanhamento administrativo, de tal forma a garantir que a assistência alcance os estudantes aos quais ela realmente se destina.

Ao discorrerem sobre qualidade em serviços, Maximiano e Nohara (2017) colocam em perspectiva a busca pela excelência e atribuem seu significado ao “melhor que se consegue fazer” (p.258). Assim, a qualidade constitui-se no momento em que o prestador de serviços consegue atender as expectativas de quem recebe o serviço. Desta forma, a qualidade relaciona-se, essencialmente, com a capacidade de um produto ou serviço apresentar conformidade ao uso, ou às expectativas de quem se destina. Originada na administração privada, fundamentada na satisfação dos clientes e na promoção da eficiência, nas organizações públicas a preocupação com a qualidade dos serviços ganhou evidência a partir do final do século passado, com o advento do Modelo Gerencial, que trouxe para a administração pública o conceito de cliente (SILVESTRE, 2010).

O segundo fator, **Acompanhamento Institucional**, reuniu um conjunto de estratégias para o monitoramento dos estudantes assistidos pelo programa, de tal forma a fortalecer o suporte e o acompanhamento desses estudantes, tanto na perspectiva psicossocial, quanto acadêmica e de saúde. Nesse sentido, o fator mostra uma dimensão de controle da política pública (ARAÚJO, 2013) ao estender-se além da dimensão financeira. Nesse contexto, expressa a preocupação com a proximidade da instituição para com o assistido, aspectos com forte impacto para a permanência dos estudantes ao reduzir as taxas de evasão, repetência e contribuindo para melhor desempenho acadêmico, que, em última análise, materializa o foco principal da assistência estudantil (ANDRADE; TEIXEIRA, 2017; ANDIFES, 2018).

Desta forma, o fator **Acompanhamento Institucional** expressa a obrigação da instituição de ensino de acompanhar os estudantes, conforme determina o PNAES (BRASIL, 2018). Nessa perspectiva, Imperatori (2017) reforça que o PNAE traduz uma conquista social ao reconhecer a necessidade de ações de assistência estudantil e justifica a complexidade dessa política ao se situar na região limítrofe entre a assistência social e a educação. A autora critica as lacunas presentes na legislação, especialmente: (1) por não estabelecer com clareza os critérios para o acesso ao programa, uma vez que a vulnerabilidade social não se restringe apenas a aspectos socioeconômicos; (2) pela ausência de critérios para permanência no programa; (3) e pela não vinculação da assistência estudantil ao rendimento acadêmico do estudante. Assim, essas lacunas podem possibilitar utilizações clientelistas dos recursos, desvirtuando-os de sua finalidade mais precípua (IMPERATORI, 2017).

O terceiro fator, **Relevância da Assistência Estudantil**, colocou em destaque a amplitude e os impactos da política de assistência estudantil para a sociedade e para a inclusão do estudante, ao pôr em evidência a democratização do ensino superior e a ampliação da possibilidade de acesso e da continuidade nos estudos de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Por outro lado, o fator captou a contribuição da assistência estudantil também sob as perspectivas das instituições de ensino ao reunir aspectos relacionados à evasão e ao rendimento acadêmico dos estudantes. Portanto, assim como observado em diversos estudos (ARAÚJO; LEITE, 2014; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015; SILVA; NOGUEIRA, 2016; ANDRADE; TEIXEIRA, 2017), a assistência estudantil está estruturada em um conjunto de eixos que buscam proporcionar uma proteção social ampla aos estudantes, respeitando a atuação das instituições de ensino no sentido de estabelecer formas de implementá-las (IMPERATORI, 2017).

4.3 ANÁLISE DESCRITIVA DOS FATORES

A análise descritiva aplicada aos fatores, Tabela 2, mostrou que, de maneira geral, eles foram bem avaliados pelos entrevistados, uma vez que todas as médias se posicionaram acima do centro da escala (>4,00). Outro aspecto de destaque foram os baixos valores nos desvios padrão, que se refletiram em baixos coeficientes de variação ($\leq 0,35$) e, assim, confirmaram que os dados não apresentavam grande dispersão com relação à média.

Ao considerar os fatores isoladamente, observa-se que a melhor avaliação ocorreu na **Relevância da Assistência Estudantil**, que obteve a média mais alta (5,63) e o menor desvio padrão da pesquisa (1,03), mostrando que os entrevistados valorizam a política de assistência estudantil, considerando-a necessária para as instituições de ensino. Esse fator se destacou também pelo menor valor mínimo (2,50), aspecto que reforça a avaliação favorável por parte dos entrevistados.

Tabela 2 – Descrição dos fatores

Fatores	Média	DP	Max	Min.	CV	Correlação	
						1	2
1 - Qualidade do atendimento	4,66	1,44	7,00	1,00	0,31		
2 - Acompanhamento institucional	4,49	1,57	7,00	1,00	0,35	0,53*	
3 - Relevância da assistência estudantil	5,63	1,03	7,00	2,50	0,18	0,14**	0,19**

Legenda: *=significativa a 1%; **=não significativa; DP=desvio padrão; Max=máximo; Min=mínimo; CV=Coeficiente de variação.

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Esses resultados convergem com as análises da Andifes (2018) que reforçam a necessidade do programa de assistência estudantil para a manutenção dos estudantes nas universidades, uma vez que segundo a instituição, mais de 70% dos estudantes são vulneráveis e tem origem nas classes C, D e E. Esses aspectos tornam o PNAE essencial para a construção de uma sociedade transformada com oportunidades mais justas e igualitárias. Ao analisar os demais fatores, **Qualidade no Atendimento** e o **Acompanhamento Institucional**, observa-se proximidade entre a média e o desvio padrão ($4,66 \pm 1,44$ vs. $4,49 \pm 1,57$), indicando uma avaliação semelhante entre esses fatores, segundo a opinião dos entrevistados.

Complementarmente, a correlação de Pearson evidenciou relação positiva de intensidade intermediária ($r=0,53$) e significativa a 1% entre **Qualidade do Atendimento** e **Acompanhamento Institucional**. Esse resultado sugere que os entrevistados identificam relações entre esses fatores e, por serem complementares, devem ocorrer em conjunto. Os demais fatores mostraram correlações positivas, porém de fraca intensidade e não significativas, aspecto observado, tanto na relação entre **Qualidade no Atendimento** e **Relevância da Assistência Estudantil** ($r=0,14$, p -valor= $0,10$), quanto **Acompanhamento Institucional** e **Relevância da Assistência Estudantil** ($r=0,19$, p -valor= $0,24$). Esses aspectos mostram que, em certa medida, a relevância da assistência estudantil constitui-se por si só, enquanto o atendimento e o acompanhamento aos estudantes exprimem um construto relacionado com aspectos da gestão organizacional por parte da instituição.

4.4 ANÁLISE DE AGRUPAMENTOS

A análise de agrupamentos foi feita na forma aglomerativa, tendo como parâmetros o algoritmo de Ward e a distância Euclidiana. Esses procedimentos resultaram na formação de três grupos entre os entrevistados, que, uma vez formados, foram testados com o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, combinado com o post-hoc de Bonferroni (Tabela 3) para verificar (1) qual dos fatores teria maior intensidade na diferenciação dos grupos e (2) se os grupos estavam corretamente classificados. Os resultados mostraram que o fator **Acompanhamento Institucional** foi o que mais diferenciou os grupos ($KW=39,41$; p -valor $<0,001$) e que, de maneira geral, os grupos eram significativamente diferentes entre si, o que possibilita considerá-los corretamente classificados.

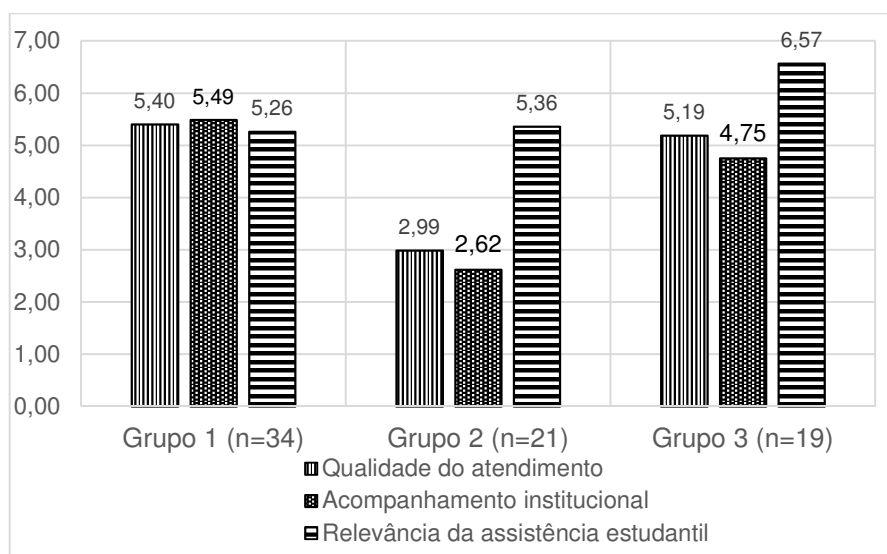
Tabela 3 – dos agrupamentos

Especificações		Qualidade no Atendimento	Acompanhamento Institucional	Relevância da Assistência Estudantil
Kruskall-Wallis (qui-quadrado)		35,46	39,41	27,56
P-valor		< 0,01	< 0,01	< 0,01
Grupo 1 vs. Grupo 2	p-valor	< 0,01	< 0,01	NS
Grupo 1 vs. Grupo 3	p-valor	NS	< 0,01	< 0,01
Grupo 2 vs. Grupo 3	p-valor	< 0,01	< 0,01	< 0,01

Legenda: NS=não significativo;
 Fonte: pesquisa de campo, (2019).

Os três grupos, representados na Figura 1, tiveram, respectivamente, 34 (45,9%), 21 (28,4%) e 19 (25,7%) estudantes em cada. O primeiro grupo, além de ser o maior (45,9%), caracterizou-se pelas médias elevadas em todos os fatores, revelando um conjunto de estudantes satisfeitos, tanto com o atendimento na instituição ($5,40 \pm 0,77$), quanto com o acompanhamento recebido ($5,49 \pm 0,93$). Outra característica desse grupo foi acreditar que as políticas de assistência estudantil são necessárias ($5,26 \pm 0,96$) e contribuem para a manutenção dos estudantes na universidade.

Figura 1 – Características dos agrupamentos



Fonte: pesquisa de campo (2019).

O segundo grupo, com 28,4% (21) dos entrevistados, caracterizou um conjunto de estudantes que considera a política de assistência estudantil necessária ($5,36 \pm 1,04$), porém não estão satisfeitos com o atendimento ($2,99 \pm 1,31$), nem com o acompanhamento da universidade ($2,62 \pm 1,34$). Já o terceiro grupo, com 25,7% (19), à semelhança do primeiro grupo, avaliou satisfatoriamente a qualidade do atendimento na instituição ($5,19 \pm 0,94$) e com intensidade levemente menor o acompanhamento recebido pelos estudantes ($4,75 \pm 0,60$). Contudo, esse grupo foi o que atribuiu maior importância às políticas de assistência estudantil ($6,57 \pm 0,39$), destacando esse aspecto como o principal entre os fatores identificados pela pesquisa.

Um aspecto de destaque entre os agrupamentos é que os três grupos identificados concordaram quanto à **Relevância da Assistência Estudantil** para sua permanência na universidade, o que pode ser observado pelos escores elevados

atribuídos ao fator, todos superiores a 5,26. Resultados semelhantes foram encontrados por Oliveira e Oliveira (2014) ao observarem que muitos estudantes do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Minas Gerais não teriam condições de permanecer na instituição sem a assistência estudantil e por Araújo e Leite (2014) ao investigarem a Bolsa Permanência na Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), ocasião em que os entrevistados classificaram o auxílio financeiro como necessário para a manutenção de seus estudos, total (87%) ou parcialmente (13%).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa possibilitou analisar a gestão da assistência estudantil na Universidade Federal do Pará conforme a perspectiva dos estudantes assistidos. Os resultados mostraram os fatores **Qualidade do atendimento, Acompanhamento Institucional e Relevância da Assistência Estudantil**, foram capazes de influenciar na avaliação dos estudantes. A análise desses fatores mostrou que a gestão da assistência estudantil é considerada adequada e avaliada como satisfatória na instituição pela maioria dos entrevistados.

Mas a análise de agrupamentos, que possibilitou criar uma taxonomia entre os estudantes, revelou um grupo de entrevistados muito insatisfeitos com a forma como a instituição atende e acompanha os estudantes assistidos. Isso posto, é recomendável a continuidade de estudos com pesquisas futuras, direcionadas especialmente a esse grupo de estudantes, seja para acompanhar sua (in) satisfação, seja para identificar os elementos que a ocasionam. Com isso, espera-se reunir informações suficientes para oferecer melhor atendimento e, por conseguinte, aprimorar a gestão da assistência estudantil na instituição.

Os resultados deste estudo alinham-se com os preceitos do modelo Gerencialista de administração pública, que entende cidadãos como clientes e, como tal, esperam serviços de qualidade por parte do Estado. Por outro lado, os resultados evidenciaram que, apesar de os entrevistados variarem quanto à satisfação geral da gestão da assistência estudantil na universidade, eles convergem e são unânimes quanto à necessidade da assistência estudantil. Esse resultado se assemelha ao de outros estudos, que colocam a assistência estudantil como uma questão complexa, porém central para viabilizar a presença de estudantes com necessidades específicas nas universidades públicas e, assim, contribuir para um processo de transformação da sociedade brasileira, que ofereça oportunidades mais justas e igualitárias para a manutenção dos estudantes no ensino superior.

Esses aspectos reforçam a necessidade da ampliação do programa para beneficiar mais estudantes, que, por motivos diversos, não conseguem frequentar as aulas ou são reprovados nas disciplinas, contribuindo, assim, para superar as falhas das instituições de ensino e, com isso, obter redução dos índices de evasão e do baixo desempenho acadêmico, que são os fundamentos acadêmicos para a assistência estudantil. Os resultados também colocam em destaque a necessidade de acompanhamento aos estudantes, inclusive quanto a aspectos biopsicossociais.

Nesse sentido, a assistência estudantil pode fornecer apoio capaz de reduzir a situação de vulnerabilidade e possibilitar aos estudantes enfrentar as dificuldades típicas desta fase da vida, marcada por profundas transformações e grandes desafios pessoais. Destaca-se que este estudo foi feito apenas com os estudantes que frequentavam regularmente as aulas, não alcançando aqueles que abandonaram a universidade, seja por dificuldades para se manter nos estudos, seja por outros

motivos ou diferentes propostas de vida, esse aspecto representando uma limitação da presente investigação.

REFERÊNCIAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **PNAES é tema de seminário promovido pela Andifes, 2018**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/pnaes-e-tema-de-seminario-promovido-pela-andifes/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

ANDRADE, A. M. J.; TEIXEIRA, M. A. P. Áreas da política de assistência estudantil: relação com o desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação** (Campinas; Sorocaba), São Paulo, v. 22, n.2, p. 512-528, jul. 2017.

ARAÚJO, C. B. Z. M. A permanência de estudantes nos cursos de graduação no Brasil: uma categoria em construção. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 22, n. 2, p. 25-43, jul. / dez. 2013.

ARAÚJO; J. C. F.; LEITE, L. S. Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o projeto bolsa permanência. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p. 777-806, jul. / set. 2014.

BARDAGI; M. P.; HUTZ, C. S. “Não havia outra saída”: percepção de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. **Psico-USF**, Itatiba, v. 14, n. 1, p. 95-105, jun. / abr. 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 22 de set. 2018.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

COSTA, S.L.; DIAS, S. M. B. A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 9, n. 17 e 18, jan. / dez. 2015.

DILLON, W. R.; GOLDSTEIN, M. **Multivariate analysis: methods and applications**. New York: John Wiley & Sons, 1984.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-191, jan. / mar. 2017.

ESTRADA, A.A.; RADAELLI, A. A política de assistência estudantil em uma universidade pública: a perspectiva estudantil. **Revista Eletrônica de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, v.1, n. 16, p. 32-47, jan. / jul. 2014.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L.; CHAN, B. L. **Análise de dados: modelagem multivariada para a tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FÁVERO, M. L. A. Universidade no Brasil: das origens a Reforma Universitária de 1968. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 17-36, jul. / dez. 2006.

FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva: um novo desafio. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, n. 27, v. 4, p. 636-647, out. /dez. 2007.

FONTOURA, J. S. D.; MOROSINI, M. C. A gestão da educação superior no contexto da educação profissional e tecnológica: os diferentes focos na pesquisa. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. Natal, v. 2, n. 13, p. 137-149, jul. / dez. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 2014.

HAIR, J.F.; WILLIAM, B.; BABIN, B.; ANDRESON, R.E. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio / ago. 2017.

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. Implementação de políticas públicas de assistência estudantil: estratégias organizacionais na perspectiva da efetividade. **Organizações em Contexto**, São Bernardo do Campo, v. 14, n. 27, p. 53 – 91, jan. / jun. 2018.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A. Um perfil sobre a expansão do ensino recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul. / dez, 2012.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2016.

MAXIMIANO, A.C.; NOHARA, I.R. **Gestão pública: abordagem integrada da administração e do direito administrativo**. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, C. M.; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – Fonaprace. Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU-PROEX, 2012.

OLIVEIRA, G. E.; OLIVEIRA, M. R. N. S. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 198-215, ago. / dez. 2015.

REIS, L. C. R. Agentes de implementação: uma maneira de analisar políticas públicas na educação brasileira. In: GODOY, M. A. B.; POLON, S. A. M. (orgs). **Políticas públicas na educação brasileira**. Ponta Grossa: Atena Editora, 2017.

SEN, A. Elements of a theory of human rights. **Philosophy & Public Affair**, v. 32, n. 4, p. 315-429, oct. 2004.

SILVA, G.P. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Revista Avaliação**, Campinas, v. 18, n 2, p. 311-333, maio / ago. 2013.

SILVA, M. G. M.; NOGUEIRA, P. S. A permanência dos estudantes na educação superior para além da assistência estudantil. **Revista da Faculdade de Educação**, Cuiabá, v. 25, n. 1, p. 111-129, jan. / jun. 2016.

SILVESTRE, H, C. **Gestão pública**: modelos de prestação no serviço público. Lisboa: Escolar, 2010.

TRIOLA, M.F. **Introdução e estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

VASCONCELOS, N. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino em Re-vista**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399 - 411, jul. / dez. 2010.